



Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na segunda-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na segunda-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,74% São Paulo 0,51% Nova York	176.723 175.334 22/723/724/727/7	R\$ 5,112 (+ 0,62%)	21/julho5,073 22/julho5,051 23/julho5,083 24/julho5,080	R\$ 1.621	R\$ 5,813	14,15%	14,01% Fevereiro/20260,70 Março/20260,88 Abril/20260,67 Maió/20260,58 junho/20260,16

COMÉRCIO EXTERIOR

Brasil aciona OMC contra o tarifação

No mesmo dia em que formaliza a reação às sobretaxas promovidas pelos Estados Unidos, que podem chegar a 37,5%, Lula articula parcerias com fortes economias asiáticas, como Coreia do Sul e China, na busca por novos mercados

» EDLA LULA
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O Brasil apresentou, ontem, pedido de consultas aos Estados Unidos no âmbito do sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC). O pedido se refere às duas tarifas aplicadas, na semana passada, pelos Estados Unidos que, juntas, significam uma sobretaxa de 37,5% a produtos brasileiros.

“O Brasil considera que as medidas norte-americanas são injustificadas e incompatíveis com obrigações dos EUA no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio de 1994 (GATT 1994) e do Entendimento Relativo às Normas e Procedimentos sobre Solução de Controvérsias da OMC”, informa o Ministério das Relações Exteriores, em nota divulgada ontem.

As duas tarifas foram adotadas pelos EUA no âmbito da Seção 301 da sua Lei de Comércio de 1974. A primeira, de 25%, impôs a taxa adicional de 25% e examinou atos, políticas e práticas brasileiras relacionados a comércio digital e serviços de pagamentos eletrônicos, tarifas preferenciais, aplicação da legislação anticorrupção, proteção da propriedade intelectual, acesso ao mercado de etanol e desmatamento ilegal. A segunda, que afetou 60 países, impôs tarifa adicional de 12,5% ao Brasil e examinou a existência e a aplicação de proibições à importação de bens produzidos, total ou parcialmente, com trabalho forçado.

Novos mercados

A contestação do Brasil ocorreu no mesmo dia em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu o presidente sul-coreano Lee Jae-myung e um dia após receber apoio do presidente chinês Xi Jinping, em conversa por telefone.

Após o encontro com Myung, os dois madatários anunciaram uma série de parcerias, incluindo a criação de um Grupo de Trabalho para

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Lee Jae Myung e Lula anunciaram vários acordos, além da criação de um grupo de trabalho sobre o acordo de livre-comércio com o Mercosul

ampliar o comércio entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e o país asiático. “Decidimos criar um Grupo de Trabalho que vai identificar sensibilidades dos dois lados e evitar que elas sejam um empecilho para a retomada das negociações de um Acordo do Mercosul com a Coreia”, anunciou o presidente.

Travadas desde 2018, as discussões sobre o acordo de livre-comércio entre o bloco sul-americano e a Coreia do Sul terá o vice-presidente Geraldo Alckmin como representante do Brasil no Grupo de Trabalho.

Além do GT sobre livre-comércio, o encontro entre Lula e o sul-coreano resultou na assinatura de cinco acordos e entendimentos bilaterais que abrangem áreas de tecnologia,

energia, educação, saúde, defesa e tecnologia espacial.

Um dos memorandos prevê a aproximação de universidades e empresas brasileiras e sul-coreanas com o objetivo de fomentar o intercâmbio de conhecimento e a formação profissional. “Queremos aproximar nossas universidades e empresas em áreas importantes para a economia do futuro, como semicondutores, economia digital, inteligência artificial e indústria aeroespacial”, afirmou Lula, em discurso após a reunião.

Na indústria aeroespacial, a relação com a Coreia do Sul se dará por meio de uma cooperação entre o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no Maranhão, e a empresa sul-coreana Innospace. Na

projeção do presidente, essa cooperação deve resultar no lançamento de um novo foguete na base de Alcântara em setembro deste ano.

Um dos acordos busca ampliar a cooperação no desenvolvimento de cadeias de valor de minerais críticos e estratégicos.

Conversa com a China

No domingo, Lula recebeu a sinização de apoio chinês ante às sobretaxas colocadas pelos Estados Unidos à lista de 3 mil produtos brasileiros exportados aos norte-americanos.

Por telefone, Lula e o presidente da China, Xi Jinping, conversaram sobre soberania. Segundo a agência de notícias estatal chinesa, Xi se posicionou contra a possibilidade de

interferência nas eleições brasileiras. O líder chinês, ainda conforme a agência do país oriental, também disse a Lula estar disposto a apoiar a sua gestão. Xi Jinping destacou que China e Brasil, por integrarem o grupo de países do Sul Global, devem atuar de forma conjunta.

Da parte do governo brasileiro, o Planalto informou que Lula e Xi destacaram esforços em defesa do multilateralismo e da ampliação da relação comercial entre os países nas áreas de tecnologia, inteligência artificial, minerais críticos e comércio de fertilizantes.

Os dois também demonstraram preocupações em relação a conflitos internacionais, como as investidas de Israel em Gaza e a guerra entre Rússia e Ucrânia.

Abertura para carne

A projeção de que frigoríficos brasileiros devem passar por inspeção sanitária da Coreia do Sul até agosto deste ano foi celebrada pelo setor de exportadoras de carne bovina. Em nota, a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) afirmou colaborar, junto ao governo brasileiro, na construção de um “roteiro” para destravar os 17 anos de bloqueio sul-coreano à carne de boi do Brasil.

“A Coreia do Sul está entre os cinco maiores importadores de carne bovina do mundo e representa uma oportunidade para ampliar a presença do Brasil em um mercado de alto valor agregado”, disse o comunicado da Associação de Indústrias Exportadoras de Carnes. “A Abiec seguirá atuando em parceria com o Ministério da Agricultura e Pecuária, o Ministério das Relações Exteriores e as autoridades sul-coreanas para contribuir com o êxito da missão e com o avanço das negociações para a abertura do mercado sul-coreano à carne bovina brasileira”, completou.

A informação de que frigoríficos brasileiros devem ser inspecionados por equipes sanitárias sul-coreanas foi divulgada, ontem, após reunião entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o líder da Coreia do Sul, Lee Jae-myung, no Palácio da Alvorada. “Após 17 anos de negociação, temos, agora, o compromisso concreto de realização de missão sanitária ao Brasil, no próximo mês”, afirmou Lula.

“Vamos melhorar o nosso investimento, nosso comércio, mas também indústrias futuras como na área de defesa, aeroespacial, minerais críticos, carne também”, completou Lee Jae-myung. (FAL)

Governo avalia rever "taxa das blusinhas"

» RAFAELA GONÇALVES

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que poderá sugerir ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva uma revisão da tributação sobre compras internacionais de até US\$ 50, conhecida como “taxa das blusinhas”, caso seja identificado desequilíbrio na concorrência entre produtos nacionais e importados. Segundo Durigan, o governo acompanha o comportamento das importações desses produtos antes de tomar qualquer decisão.

A eventual mudança, segundo ele, dependerá da avaliação sobre os efeitos da medida para a indústria brasileira. “Estamos fazendo um período de amostragem para ver qual é o impacto, e a gente tem visto que tem aumentado a importação desses produtos. Como a gente tem todo o controle,

a qualquer momento que percebermos que está fora dos padrões e gerando falta de isonomia para a produção nacional, é possível propor ao presidente uma mudança desse cenário”, disse, ontem, em entrevista à Rádio Jornal, de Pernambuco.

A cobrança sobre compras internacionais de até US\$ 50 foi criada pelo governo federal em agosto de 2024, após pressão do setor produtivo brasileiro. Desde a implantação da taxa até abril deste ano, a tributação gerou R\$ 8,2 bilhões em arrecadação.

A discussão ganhou novo capítulo após a revogação da cobrança por meio da Medida Provisória (MP) nº 1.357, de 2026, que passou a valer em maio. Por se tratar de uma MP, a mudança ainda depende de análise do Congresso Nacional até o início de setembro para ser convertida definitivamente em lei.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) alega que a revogação pode provocar perda de empregos e favorecer fabricantes estrangeiros, especialmente chineses. Em estudo divulgado em maio, a entidade apontou que a tributação teria evitado a entrada de R\$ 4,5 bilhões em produtos importados e contribuído para preservar mais de 135 mil empregos no país.

Segundo o presidente da CNI, Ricardo Alban, a isenção cria uma concorrência desigual com a produção brasileira. “Permitir a entrada de importações de até US\$ 50 sem tributação é o mesmo que financiar a indústria de países como a China, principal exportador de produtos de baixo valor para o Brasil, especialmente no setor têxtil. O prejuízo é direto a quem fabrica e comercializa em território brasileiro”, disse.

Tarifação

Diante do aumento das tarifas impostas pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) defendeu a retomada da tributação sobre compras internacionais de baixo valor.

A entidade argumenta que a sobretaxa de 25% aplicada pelos EUA atingiu especialmente setores como vestuário, calçados e têxteis, aumentando a pressão sobre a indústria nacional em um momento de maior dificuldade para os exportadores brasileiros. “A revogação da chamada ‘taxa das blusinhas’ ampliou a concorrência com produtos importados em um momento de maior pressão sobre a indústria brasileira, que já enfrenta os impactos das tarifas impostas pelos EUA às

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Durigan afirmou que monitora o crescimento das importações

exportações nacionais”, afirmou a federação, em nota.

Segundo a Fiemg, os efeitos da mudança já aparecem nos dados de comércio exterior. A entidade afirma que, em junho, as importações de produtos de baixo valor chegaram a R\$ 2,6 bilhões, mais

que o dobro do registrado no mesmo período de 2025.

A ausência de tributação favorece a entrada de mercadorias estrangeiras, principalmente da China, que competem diretamente com produtos nacionais por meio de preços mais baixos.